



Ministério da Saúde  
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

OFÍCIO Nº 551/2023/ASPAR/MS

Brasília, 02 de maio de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

**Senador da República Chico Rodrigues**

Presidente da Comissão Temporária Externa CTEYANOMAMI

**Referência:** Requerimento nº 14/2023.

**Assunto:** Contrato com a empresa Icarai Turismo Táxi Aéreo.

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício nº 44/2023, da Comissão Temporária Externa CTEYANOMAMI, referente ao **Requerimento de Informação nº 14/2023**, de autoria da **Senhora Senadora da República Eliziane Gama (PSD/MA)**, que requisita informações sobre o contrato com a empresa Icarai Turismo Táxi Aéreo, que forneceu aeronaves para o transporte de profissionais de saúde e de indígenas Yanomamis, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência as informações prestadas pela Secretaria de Saúde Indígena - SESAI/MS, acompanhado dos Despachos elaborados pelas áreas responsáveis daquela Secretaria.

2. Primeiramente informo que o requerimento foi encaminhado ao Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami - DSEI/YANOMAMI, a Coordenação Setorial de Gestão de Riscos e Integridade - CORISC/SESAI, para manifestação dentro de suas respectivas competências.

3. Atendendo ao item 1 do requerimento, encaminhamos entranhados a este ofício a cópia do Contrato nº 03/2019, e do Termo Aditivo.

4. Com relação aos demais itens, segue as informações referentes aos quesitos formulados.

a) **Item 2** - Informações sobre o descumprimento contratual por parte da Icarai Turismo e sobre os períodos em que a empresa deixou de fornecer aeronaves para acesso à terra indígena Yanomami, o Distrito informa que:

"Através do ofício 74/2020 (0015734584) apresentado pela empresa Icarai Turismo Taxi Aereo LTDA, o Distrito foi informado sobre a paralisação dos

Serviços, devido à suspensão do Certificado de Operador Aéreo emitido pela ANAC.

Em contrapartida, o Distrito encaminhou nota informativa junto a CJU-RR/CGU/AGU o Ofício n.º 1543/2020 (SEI 0015753166), solicitando parecer sobre a melhor solução jurídica para este caso, no que tange a hipótese de rescisão contratual e a possibilidade de uma contratação emergencial.

Considerando que **Ofício nº 24/2020**, encaminhado a este DSEI por E-mail em 30.07.2020, conforme consta no documento (0016008014), no qual essa empresa se manifesta à disposição para retomada da execução contratual, haja vista a regularização do Certificado de Operador Aéreo - COA, de acordo com a Portaria SPO/ANAC nº 1.897/2020.

Notificado por meio do Ofício nº **2965/2020/YANOMAMI**(0017961236), o Representante da Contratada solicitou vista processual, bem como dilação de prazo por meio do Ofício nº 96/2020/ICARAÍ(0018004410), apresentando defesa quanto as irregularidades das aeronaves no Ofício nº 98/2020/ICARAÍ(0018154597), alegando em síntese que: a aeronave de prefixo **PT-HSU** não pertence à empresa Contratada e tão somente a de prefixo **PT-HSO**, que possivelmente houve equívoco no preenchimento dos relatórios de voo, ainda, quanto à aeronave de prefixo **PT-HSO**, esta teve seu CVA vencido em 27/09/2020 e seu último voo para o DSEI ocorreu no dia 29/09/2020, porém, trouxe à baila resolução nº 570 de 1º de Julho de 2020 da ANAC prorrogando a validade dos certificados com data de vencimento entre os meses de julho e setembro do corrente ano.

Quanto à suspensão dos serviços, a Contratada foi notificada por meio do Ofício nº 2941/2020/YANOMAMI(0017935463) para se manifestar acerca da possível suspensão dos serviços, alegando falta de pagamento fundamentando-se em cláusula editalícia referente a realização do pagamento em 30 (trinta) dias. Onde informou a manutenção da suspensão dos serviços conforme Ofício nº 95/2020/ICARAÍ(0017961492). Com a devida *venia*, este DSEI, com fundamento no Art. 78, inciso XV, da Lei 8.666/93, expediu notificação via Ofício nº 3010/2020/YANOMAMI(0018083406) para o retorno das atividades sob pena de abertura de procedimento administrativo para apuração do ato.

Em síntese, alega o Representante da Contratada que houve equívoco no preenchimento dos relatórios de voo, pela semelhança dos prefixos das aeronaves de **PT-HSO** e **PT-HSU**, ainda, informa que a aeronave de prefixo **PT-HSU** não pertence à empresa ICARAÍ TURISMO TÁXI AÉREO.

Em consulta a respeito da situação da aeronave de prefixo **PT-HSU**, realizada no portal da ANAC, constatou-se que a aeronave pertence à empresa diversa dessa prestadora dos serviços, em que pese constar como proprietário, o mesmo representante da Contratada ICARAÍ TURISMO. Ademais, como apresentado pela empresa notificada, em 1º de Julho de 2020, ANAC prorrogou por meio de Resolução, a validade dos Certificados vencidos entre julho e setembro, vejamos:

"Art. 1º Prorrogar, em 120 (cento e vinte) dias, a validade das seguintes habilitações, certificados, autorizações, averbações, credenciamentos, treinamentos e exames, nas condições especificadas:

I - habilitações e certificados concedidos sob o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 61 e com data de vencimento entre os meses de julho e setembro de 2020;

II - habilitações concedidas sob o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA 63 e com data de vencimento entre os meses de julho e setembro de 2020;

III - habilitações concedidas sob o RBAC nº 65 e com data de vencimento entre os meses de julho e setembro de 2020;

IV - averbações do nível de proficiência linguística segundo o RBAC nº 61 e com data de vencimento entre os meses de julho e setembro de 2020;

V - certificados médicos aeronáuticos - CMA concedidos sob o RBAC nº 67 e com data de vencimento entre os meses de julho e setembro de 2020;

VI - autorizações de funcionamento e homologações de curso emitidas sob o

RBHA nº 141 que vencerem entre os meses de julho e setembro de 2020;  
VII - credenciamento de examinadores vinculados a operadores aéreos, centros de instrução de aviação civil - CIAC e centros de treinamento de aviação civil - CTAC que vencerem entre os meses de julho e setembro de 2020;  
VIII - certificados de qualificação de dispositivos de treinamento para simulação de voo - FSTD que vencerem entre os meses de julho e setembro de 2020; e  
IX - treinamentos e exames operacionais, previstos nos RBACs nºs 90, 91, 121, 133, 135, 137 e 175, que vencerem entre os meses de julho e setembro de 2020.  
Parágrafo único. Não serão prorrogadas as validades das habilitações, certificados, autorizações, averbações, credenciamentos, treinamentos e exames que já tenham sido prorrogados pela Decisão nº 42, de 17 de março de 2020.  
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."

Considerando que a Resolução da ANAC prorroga a validade dos Certificados vencidos entre os meses de julho e setembro, nesse período, não se vislumbra de irregularidade em relação às aeronaves de prefixo **PT-HSO** e **PT-HSU** que esteja em dissonância com as cláusulas referente ao Contrato 03/2019 e seus anexos.

No entanto, considerando a Nota Informativa nº 12, datada de 16 de julho de 2020, elaborada pelo fiscal titular do Contrato, onde informa em síntese que após levantamento de informações, apurou-se que em **17 de junho de 2020**, conforme a Portaria nº 1.569/SPO, dessa mesma data, o Certificado de Operador Aéreo da empresa ICARAÍ TURISMO TÁXI AÉREO encontrava-se suspenso.

Ainda conforme apurado pelo fiscal e pelo Setor de Operações, as atividades de hora voo com o uso de aeronave de asa rotativa (helicóptero) estavam acontecendo normalmente durante o período de **17/06/2020 a 13/07/2020**, não sendo o Distrito comunicado pela empresa acerca da referida suspensão nesse período.

Considerando que a Resolução da ANAC prorrogava a validade dos certificados vencidos tão somente entre os meses de julho e setembro, conclui-se que de 17 de junho de 2020 ao fim deste mesmo mês, a contratada executou atividades de modo irregular e em desacordo com as cláusulas previstas no Contrato e seus anexos.

Considerando que o transporte irregular de passageiros no Brasil é considerada uma prática clandestina e criminosa, não compactuando este Dsei com qualquer prática tipificada como conduta criminosa durante a execução dos seus contratos.

**Ante o exposto, a Contratada agiu em desacordo com a obrigações constante do Termo de Referência, notadamente aos itens 4.1.4, 11.51, *ipsis litteris*: (grifo nosso)**

*"4.1.4. As aeronaves que serão utilizadas na prestação dos serviços deverão possuir capacidade legal e técnica segundo leis e normas vigentes que regulamentem o transporte aéreo RBAC 135 e deverá ser comprovada através de Certificado de Matrícula (CM), Certificado de Aeronavegabilidade (C.A), Especificações Operativas (E.O) e as Respectivas autorizações complementares.*

*(...)*

*11.51. Apresentar à Licitante o prefixo das aeronaves, cópias do Certificado de Aeronavegabilidade, Certificado de Matrícula, Seguro Obrigatório e a Ficha Anual de Manutenção - FIAM (se aplicável), e demais documentos de porte obrigatório a bordo, no início da operação, durante a vigência do contrato ou sempre que for necessária a substituição de aeronaves;*

No que se refere ao ato de suspensão dos serviços por falta de pagamento, alega a Contratada no Ofício nº 94/2020/ICARAÍ, datado de 03 de dezembro de 2020 que o motivo da suspensão deu-se por falta de pagamento das

seguintes faturas:

Nota fiscal nº 155, emitida no dia 23/10/2020 no total de R\$ 751.925,33 com o total de 40 dias de atraso, a contar daquela data;

Nota fiscal nº 157, emitida no dia 26/10/2020 no total de R\$ 579.060,14, com o total de 38 dias de atraso, a contar daquela data;

Nota fiscal nº 159, emitida no dia 17/11/2020 no total de R\$ 524.132,52, com 15 dias de atraso, a contar daquela data;

A Contratada fundamentou a suspensão dos serviços com base na Cláusula de pagamento constante no Edital do Contrato, a qual prevê o que segue:

#### **DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado pela Contratante no **prazo de 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura;

...

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano..." (grifei)

**Verifica-se que no momento da suspensão dos serviços (dia 03/12/2020), a Contratante ainda possuía saldo de horas/voo no Contrato 03/2019 e a Nota Fiscal em maior atraso estaria a 40 dias de vencida no momento da suspensão dos serviços, deste modo constata-se como injustificada a suspensão dos serviços contratados. (grifo nosso)**

**Destarte, verifica-se que a alegação supracitada pela Contratada, não merece prosperar. Isso porque em simples leitura do dispositivo, conclui-se que a Cláusula suscitada não concede à Contratada o direito de suspensão dos serviços, mesmo que esteja a Administração Pública com pagamentos em atraso com a Contratada. (grifo nosso)**

Ademais, consoante o Art. 78, da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações) é claro quanto à suspensão dos serviços pelo contratado, logo, apenas o atraso superior a **90 (noventa) dias** dos pagamentos pela Administração, seria apto a permitir a suspensão do cumprimento do contrato pela contratada, *in verbis*:

"Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

...

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação"; (grifei)

Informa ainda que:

"No entanto, tendo em vista que a exceção de contrato não cumprido, em tal situação, deveria se respeitado o referido período de tempo estipulado em lei, considerando a necessidade de se garantir a continuidade do serviço público.

Considerando as circunstâncias prejudiciais que ocorreram no período em que este Distrito encontrava-se sem a prestação dos serviços, dadas como exemplo, fechamento de UBSI's, morte de crianças nas comunidades de Kataroa e Waputha por falta de assistência médica, tendo em vista que são locais onde o acesso somente é possível por meio de aeronave de asa rotativa.

Considerando ainda que a Contratada foi notificada para retornar à execução dos serviços na mesma data de 03 de dezembro de 2020, não cumprindo a determinação.

Deste modo, agiu a Contratada em dissonância com o pactuado no Contrato nº 03/2019, ao suspender os serviços pelo período de 03 à 16 de dezembro do mesmo ano, esgotando-se neste último voo, o saldo de horas contratadas.

Considerando ainda a essencialidade deste serviço para a prestação do atendimento de saúde às comunidades em localidades isoladas, onde o acesso só é possível com o uso do objeto contratado, qual seja, helicóptero e a interrupção deste, acarretaria paralisação do serviço de socorro médico e como consequência, causando risco de morte iminente visto ao desamparo aos povos indígenas".

Conforme as informações colacionadas ao processo, o momento da suspensão dos serviços se deu no dia 3 de dezembro de 2020, sendo a rescisão do contrato concluída em 1º de abril de 2021.

**b)Item 3 e 4** - Especificar o número de óbitos de Yanomamis no período correspondente ao descumprimento contratual por parte da Icarai Turismo". e "Especificar os impactos para a prestação de atendimentos de saúde no período correspondente ao descumprimento contratual por parte da Icarai Turismo.

O DSEI/YANOMAMI informa que "não houve descontinuidade na prestação do serviço, uma vez que o Distrito Yanomami realizou procedimento de Dispensa de Licitação para substituir a empresa Icarai Táxi Aéreo, realizando a contratação da Piquiatuba Taxi Aéreo Ltda, conforme documentação anexa.

**c)Item 5** - Quais penalidades foram aplicadas a empresa Icarai Turismo Táxi Aéreo, em razão do descumprimento contratual.

O DSEI/YANOMAMI informa que, notificou "a empresa ICARAI TURISMO TÁXI AÉREO, já qualificada no Contrato nº 03/2019, da aplicação das penalidades de IMPEDIMENTO DE LICITAR com a União por 2 (dois) anos e MULTA no montante de R\$ 217.635,82 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos), com fundamentos no Art. 87, da Lei nº 8.666/93 e itens 14.7, 16.1.3, 16.2, 16.2.2.4 e 16.4 do Termo de Referência anexo do Contrato 03/2019". Cito trecho do documento de notificação:

"[...]

Por oportuno, informo que os autos do Processo administrativo nº 25064.001183/2018-02, encontram-se à disposição para vista do interessado, o que não altera o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso.

Comunique-se o fiscal Titular do Contrato para providências posteriores.

Registre-se no SICAF.

Decorrido o prazo previsto no art. 109, da Lei 8.666/93 de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso em razão da penalidade imposta à contratada ICARAI TURISMO TÁXI AÉREO Ltda (0019832607)

Fica assegurado à contratada provar que não o realizou por justa causa, nos termos do art. 223 do CPC, *in verbis*:

"Art. 223. Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa."

Comunique-se o Fiscal com atenção ao disposto no item 16.3 do Termo de Referência anexo ao Contrato 03/2019.

Aplica-se as devidas sanções: (0019966324) impedimento de Licitar.

A sanção (**IMPEDIMENTO DE LICITAR** com a União por 2 (dois) anos (0019966324) e **MULTA** (0019966431) no montante de **R\$ 217.635,82** (duzentos e dezessete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos), com fundamentos no Art. 87, da Lei nº 8.666/93 e itens 14.7, 16.1.3, 16.2, 16.2.2.4 e 16.4 do Termo de Referência anexo do Contrato 03/2019) foi aplicada por falhas na execução do Contrato n.º 03/2019, processo SEI n.º 25064.001183/2018-02, tal como a suspensão do Certificado de Operador Aéreo - COA, procedida pela ANAC, ocasionando a perda da condição essencial de habilitação e utilização de aeronave não constante das especificações operativas, contrariando o previsto no instrumento contratual.

Fora encaminhado o OFÍCIO Nº 1062/2021/YANOMAMI/DSEI/SESAI/MS (0019832607 e 0019832722), no dia 31 de março de 2021, notificando a empresa bem como informando o prazo de 05 (cinco) dias para interposição de recurso, conforme artigo n.º 109, I, f, da Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/1993), *verbis*:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

(...)

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa".

O Distrito esclarece ainda que:

"mesmo após a empresa relatar nos 'fatos' do recurso ter recebido a notificação de imposição de penalidade no dia 31 de março de 2021, esse somente foi interposto e encaminhado ao Distrito, por e-mail, na data de 23 de agosto de 2021 (0022579663). Por conseguinte, remetidos os autos a esta Secretaria, por meio do Ofício Nº 2524/2021/YANOMAMI/DSEI/SESAI/MS (0022636344), o Núcleo Jurídico da Secretaria Especial de Saúde Indígena (NUJUR/SESAI) encaminhou o Ofício n.º 474/2021/SESAI/NUJUR/SESAI/MS (0022712746 e 0022745993) aos representantes da referida empresa, contendo análise e manifestação do recurso administrativo interposto, concluindo pela **intempestividade recursal**".

**d)Item 6 - Quando ocorreu a rescisão do contrato com a empresa Icarai Turismo Táxi Aéreo.**

O DSEI/Yanomami esclarece que a rescisão contratual com a empresa aérea foi publicado na Seção 3 - Edição Extra, do Diário Oficial da União, em 1º de abril de 2021, conforme cópia acosta a este ofício, cuja ementa transcrevo:

"Nº Processo: 25064.001183/2018-02.

Contratante: DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - YANOMAMI. Contratado: 95.370.821/0001-26 - ICARAI TURISMO TAXI AEREO LTDA - EPP. Objeto: Fica rescindido, a partir da data do seu exaurimento, o contrato nº 03/2019, firmado entre o DSEI - Yanomami e a empresa Icarai Turismo Táxi Aéreo Ltda, a constar do dia 16/12/2020, conforme relatório de voo (0018996378), no bojo do Processo de pagamento nº 25064.000267/2020-35.

A presente rescisão se dá por ato unilateral do DSEI - Yanomami, com base no item 11.1 da cláusula décima primeira do contrato c/c o inciso i do art. 79, da lei 8.666/93, tendo em vista a ocorrência de caso fortuito ou força maior, segundo dispõe o inciso xvii do art. 78 do mesmo diploma legal retrocitado.

Fica assegurado à contratada o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis à presente rescisão, previstos na alínea "e" do inciso i do art. 109 da lei

e) **Item 7** - acerca de medidas judiciais adotadas pela gestão anterior do Ministério da Saúde quando das denúncias de desvio de finalidade envolvendo a empresa Icarai Turismo Táxi Aéreo e o garimpo ilegal", a área técnica finalística comunica que não logrou êxito em encontrar informações acerca de procedimentos instaurados no âmbito do Poder Judiciário, restando apenas os procedimentos administrativos, como Notificação de Imposição de penalidade (Processo SEI nº 25064.000594/2021-78), encaminhado à época à Corregedoria-Geral deste Ministério, conforme esclarecido no item 5.

f) **Item 8** - Informações sobre a empresa atualmente responsável pelo transporte aéreo de profissionais de saúde e de indígenas Yanomamis", a Coordenação Setorial de Gestão de Riscos e Integridade - CORISC/SESAI informa que:

"Em atenção ao requerimento constante no parágrafo 8º que solicita *"Informações sobre a empresa atualmente responsável pelo transporte aéreo de profissionais de saúde e de indígenas Yanomamis"* cabe esclarecer que a empresa VOARE TÁXI AÉREO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.581.615/0001-59, presta serviços no DSEI/YANOMAMI, por meio do Contrato nº 124/2021 (0024589108), firmado em 29/12/2021, com vigência até 28/12/2023, consoante 4º Termo Aditivo SELOG/YANOMAMI (0031549053)".

5. Por fim, o Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami informa que ainda está em apuração pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar da Corregedoria-Geral deste Ministério a análise de responsabilidades, conforme disposto na Portaria CORREG/MS nº 221, de 31 de março de 2022.

6. Comunico que em razão do volume de informações que foram levantadas pelas áreas especializadas da SESA, foram compiladas por período conforme solicitado no requerimento e estão sendo encaminhadas também em anexo a este ofício.

7. Ressalto que os dados referentes ao nome dos menores e de seus pais foram suprimidos em razão das disposições da **Lei nº 13.709/2018, que "dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados"**.

8. Sem mais para o momento, este Ministério permanece à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

**NÍSIA TRINDADE LIMA**  
Ministra de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde**, em 09/05/2023, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0033303987** e o código CRC **495399E0**.

**Referência:** Processo nº 25000.044994/2023-00

SEI nº 0033303987





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões  
Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

OFÍCIO Nº 44/2023/CTEYANOMAMI

Brasília, 29 de março de 2023.

A Sua Excelência a Senhora  
**Nísia Trindade Lima**  
Ministra de Estado da Saúde

Assunto: **Requerimento de informações do Senado Federal nº 14/2023/CTEYANOMAMI**

Senhora Ministra,

No intuito de instruir os trabalhos da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 34 de 2023, para que, “no prazo de 120 dias, acompanhe in loco a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros de suas terras”, esta comissão requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos art. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho o **Requerimento nº 14/2023/CTEYANOMAMI** que solicita informações ao Ministério, para atendimento no prazo de 10 (dez) dias.

As respostas a este expediente poderão ser encaminhadas em meio eletrônico para o e-mail **cteyanomami@senado.leg.br**.

Atenciosamente,

**Senador CHICO RODRIGUES**  
Presidente da Comissão Temporária Externa CTEYANOMAMI





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE - CTEYANOMAMI**

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre o contrato com a empresa Icarai Turismo Táxi Aéreo, que forneceu aeronaves para o transporte de profissionais de saúde e de indígenas Yanomamis.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre o contrato com a empresa Icarai Turismo Táxi Aéreo, que forneceu aeronaves para o transporte de profissionais de saúde e de indígenas Yanomamis.

Nesses termos, requisita-se:

1. Cópia dos contratos firmados pela Pasta com a Icarai Turismo Táxi Aéreo e, caso haja, seus respectivos termos aditivos.
2. Informações sobre o descumprimento contratual por parte da Icarai Turismo e sobre os períodos em que a empresa deixou de fornecer aeronaves para acesso à terra indígena Yanomami.
3. Especificar o número de óbitos de Yanomamis no período correspondente ao descumprimento contratual por parte da Icarai Turismo.



SF/23574.67583-81 (LexEdit)

4. Especificar os impactos para a prestação de atendimentos de saúde no período correspondente ao descumprimento contratual por parte da Icarai Turismo.
5. Quais penalidades foram aplicadas a empresa Icarai Turismo Taxi Aéreo, em razão do descumprimento contratual.
6. Quando ocorreu a rescisão do contrato com a empresa Icarai Turismo Taxi Aéreo.
7. Informações acerca das medidas judiciais adotadas pela gestão anterior do Ministério da Saúde quanto às denúncias de desvio de finalidade envolvendo a empresa Icarai Turismo Taxi Aéreo e o garimpo ilegal.
8. Informações sobre a empresa atualmente responsável pelo transporte aéreo de profissionais de saúde e de indígenas Yanomamis.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Terra Indígena Yanomami, maior reserva do país, vive uma brutal crise humanitária, consequência da alarmante expansão do garimpo ilegal e do desaparecimento estatal no período de 2019-2022.

De acordo com reportagem da Folha de São Paulo, publicada em 22 de março de 2023, a empresa Icarai Turismo Taxi Aéreo, contratada para o transporte aéreo de profissionais de saúde e de indígenas Yanomamis durante o governo passado, descumpriu o contrato e deixou de fornecer helicópteros para acesso à terra indígena por, pelo menos, 14 dias.

É preciso conhecer os detalhes deste caso que se soma a tantos outros de negligência, omissão e imprudência que, infelizmente, vitimou o Povo Yanomami.

Nesse sentido, conto com o apoio dos Nobres Pares para aprovação deste Requerimento.

Sala das Comissões,        de        de        .

**Senadora Eliziane Gama**  
**(PSD - MA)**  
**Vice-Presidente da CTEYANOMAMI**





Ministério da Saúde  
Secretaria Executiva  
Subsecretaria de Assuntos Administrativos  
Coordenação-Geral de Material e Patrimônio  
Coordenação de Compras e Licitações  
Divisão de Formalização de Contratos

CONTRATO Nº 124/2021

Processo nº 25000.177434/2021-61

Unidade Gestora: SESAI/MS

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 124/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO, DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A EMPRESA VOARE TÁXI AÉREO LTDA.**

A **UNIÃO**, por intermédio da Coordenação-Geral de Material e Patrimônio, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº 00.394.544/0036-05, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, anexo A, 3º andar, sala 317, ala A, em Brasília/DF, representada pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos, o Senhor **LUIZ TADEU VILLELA BLUMM**, portador da Carteira de Identidade Militar nº 049424931-1, expedida pelo CBMDF e inscrito no Cadastro da Pessoa Física – CPF/MF sob o nº 393.560.781-49, nomeado por meio da Portaria nº 519, de 12 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 89, de 13 de maio de 2021, seção 02, página 01, e conforme as atribuições delegadas pela Portaria nº 133, de 26 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 19, de 27 de janeiro de 2011, seção 02, página 37, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **VOARE TÁXI AÉREO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.581.615/0001-59**, com sede na BR 432, Estrada da Malacacheta, km 16, S/N, Aeródromo Pouso da Águia - SWPD, Zona Rural, Cantá/RR | CEP: 69.309-000, neste ato representada pela Senhora **MARIA HELENA TEIXEIRA LIMA**, portadora da Carteira de Identidade nº 126131, expedida pela SSP/RR e inscrita no CPF/MF sob o nº 447.106.232-87, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que constam nos **Processos nº 25000.158788/2020-25 e nº 25000.177434/2021-61**, e em observância às disposições estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico SRP nº 11/2021**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente contrato é a contratação de horas de voo com frações de minutos de aeronaves (de asas rotativas e asas fixas), incluída logística de abastecimento e manutenção, para emprego nas missões em apoio à saúde indígena, incluindo transporte de cargas; cargas perigosas; transporte de equipamentos, materiais, pessoal, ações supletivas e outras atribuições da SESAI e Distritos Sanitários Especiais com pagamento mensal por hora de voo executada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Unidade de Medida	Operações simultâneas (Quantidade de aeronaves)	Expectativa de Esforço Aéreo Anual	Valor unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
44	Locação de Aeronave – CONFIGURAÇÃO 01 (Asas fixas leve).	Horas de voo	8	9.000	2.654,00	23.886.000,00
45	Locação de Aeronave – CONFIGURAÇÃO 02 (Asas fixas média).	Horas de voo	2	1.208	4.211,00	5.086.888,00
46	Locação de Aeronave – CONFIGURAÇÃO 03 (Asas rotativas leve).	Horas de voo	1	820	7.013,00	5.750.660,00
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>						<b>34.723.548,00</b>

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX, da IN SEGES/MP nº 5/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor total da contratação é de **R\$ 34.723.548,00** (trinta e quatro milhões, setecentos e vinte e três mil, quinhentos e quarenta e oito reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do

- objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.
4. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de **2021**, na classificação abaixo:
- Gestão/Unidade: 250110/00001
- PTRES: 173241
- Programa de Trabalho: 10.423.5022.20YP.0001
- Natureza da Despesa: 33.90.39
- Nota de Empenho: **2021NE000640, datada de 27/12/2021**
- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.
5. **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**
- 5.1. O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital e no Anexo XI, da IN SEGES/MP n.º 5/2017.
6. **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**
- 6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
7. **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no Termo de Referência, anexo do Edital.
8. **CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**
- 8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.
9. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
- 9.1. As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
10. **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**
- 11.1. O presente contrato poderá ser rescindido:
- 11.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/1993, e com as consequências indicadas no art. 80, da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- 11.1.2. Amigavelmente, nos termos do inciso II, art. 79, da Lei n.º 8.666/1993.
- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa.
- 11.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei n.º 8.666/1993.
- 11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
- 11.4.3. Indenizações e multas.
12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**
- 12.1. É vedado à **CONTRATADA** interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.
- 12.2. É permitido à **CONTRATADA** caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
- 12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.
13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**
- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS**
- 14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.
15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**
- 15.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei n.º 8.666/1993.
16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de Brasília para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, o presente contrato é assinado eletronicamente pelas partes e por duas testemunhas.

**LUIZ TADEU VILLELA BLUMM**  
Subsecretaria de Assuntos Administrativos  
**CONTRATANTE**

**MARIA HELENA TEIXEIRA LIMA**  
Voare Táxi Aéreo LTDA.  
**CONTRATADA**



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena Teixeira Lima, Usuário Externo**, em 29/12/2021, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Bezerra Soares, Testemunha**, em 29/12/2021, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Monteiro Rocha, Testemunha**, em 29/12/2021, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcello Novaes Fernandes Espindula, Subsecretário(a) de Assuntos Administrativos substituto(a)**, em 29/12/2021, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0024589108** e o código CRC **6CE97D4A**.

Referência: Processo nº 25000.177434/2021-61

SEI nº 0024589108

Divisão de Formalização de Contratos - DICONT  
Esplanada dos Ministérios, anexo A do Bloco G, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF CEP: 70.058-900  
E-mail: [dicont@saude.gov.br](mailto:dicont@saude.gov.br) | Site: [saude.gov.br](http://saude.gov.br)



Ministério da Saúde  
Secretaria de Saúde Indígena  
Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami  
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

TERMO ADITIVO

Processo nº 25000.177434/2021-61

**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 124/2021  
QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO  
SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA YANOMAMI E A  
EMPRESA VOARE TÁXI AÉREO LTDA.**

A União, por intermédio do **DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - YANOMAMI – DSEI/YANOMAMI**, entidade federal, vinculada ao MINISTÉRIO DA SAÚDE, com sede na Rua: Cecília Brasil, 1043 - Centro, na cidade de Boa Vista/RR, inscrito no CNPJ sob o nº **00.394.544/0033-62**, neste ato representado pelo Coordenador Distrital de Saúde Indígena Yanomami Substituto, Sr. **ALBERTO JORGE LIMA OTHERO**, nomeado(a) pela PORTARIA Nº 23. de 16 de janeiro de 2023, brasileiro, inscrito no CPF nº 054.970.576-75, portador da Carteira de Identidade sob nº 12.003.504 SSP/MG, doravante designado CONTRATANTE e a empresa **VOARE TÁXI AÉREO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.581.615/0001-59**, estabelecida à BR 432, Estrada da Malacacheta, km 16, S/N, Aeródromo Pouso da Águia - SWPD, Zona Rural, Cantá/RR | CEP: 69.309-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) **Renildo Evangelista Lima**, portador da Carteira de Identidade n.º 133.649, expedida pela SSP/RR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 326.560.762-34, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência, que se regerá pela Lei 8.666/93 e alterações, mediante as disposições expressas nas Cláusulas seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente Termo Aditivo tem por finalidade **PRORROGAR** por 11 (onze) meses o prazo de vigência do contrato nº 124/2021, ou até que se conclua o novo processo licitatório, referente a prestação de serviços de horas de voo com frações de minutos de aeronaves (de asas rotativas e asas fixas), incluída logística de abastecimento e manutenção, para emprego nas missões em apoio à saúde indígena, incluindo transporte de cargas; cargas perigosas; transporte de equipamentos, materiais, pessoal, ações supletivas e outras atribuições da SESAI e Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami, **garantido o reequilíbrio econômico-financeiro**.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO**

2.1. O valor da contratação consiste no total de **R\$48.915.330,00 (quarenta e oito milhões, novecentos e quinze mil trezentos e trinta reais)**, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Unidade de Medida	Operações simultâneas (Quantidade de aeronaves)	Expectativa de Esforço Aéreo Anual	Valor unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
44	Locação de Aeronave – CONFIGURAÇÃO 01 (Asas fixas leve).	Horas de voo	8	11.250	2.928,50	32.945.625,00
45	Locação de Aeronave – CONFIGURAÇÃO 02 (Asas fixas média).	Horas de voo	2	1.510	5.207,00	7.862.570,00
46	Locação de Aeronave – CONFIGURAÇÃO 03 (Asas rotativas leve).	Horas de voo	1	1.025	7.909,40	8.107.135,00
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>						<b>R\$ 48.915.330,00</b>

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pela segunda cláusula contratual, observado o disposto no Anexo IX, da IN SEGES/MP n.º 5/2017 e pelo Art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 257052/00001

PTRES: 173241

Programa de Trabalho: 10.423.5022.20YP.0001

Elemento de Despesa: 33.90.39

**5. CLÁUSULA QUINTA– DA RENOVAÇÃO DA GARANTIA**

5.1. A CONTRATADA deverá renovar a garantia contratual anteriormente prestada mantendo a proporção de 5%(cinco por cento) em relação ao valor total do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

**6. CLÁUSULA SEXTA– DA RATIFICAÇÃO**

6.1. Todas as demais condições estabelecidas no contrato original, não alteradas por este Termo, continuam inalterados e em pleno vigor para todos os fins de direito.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA– DA PUBLICAÇÃO**

7.1. O DSEI-Yanomami providenciará a publicação do presente Termo Aditivo até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.



**TESTEMUNHAS:**1- **Antonio Pereira de Oliveira** - CPF: 447.084.402-002- **Paulo Roberto Fernandes Silva** - CPF: 161.198.192-15Câmara Nacional de Modelos de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União  
Termo Aditivo- Modelo para prorrogação contratual  
Atualização: Abril/2021

Documento assinado eletronicamente por **RENILDO EVANGELISTA LIMA, Usuário Externo**, em 27/01/2023, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Jorge Lima Othero, Coordenador(a) Distrital de Saúde Indígena substituto(a)**, em 27/01/2023, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Pereira de Oliveira, Chefe do Serviço de Contratação de Recursos Logísticos**, em 28/01/2023, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0031549053** e o código CRC **9061D802**.

Referência: Processo nº 25000.177434/2021-61

SEI nº 0031549053

Serviço de Recursos Logísticos - SELOG/YANOMAMI  
Avenida Cecília Brasil, nº 1.043 - Bairro Centro, Boa Vista/RR, CEP 69301-080  
Site - [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)



Ministério da Saúde  
Secretaria Especial de Saúde Indígena  
Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami  
Serviço de Recursos Logísticos

CONTRATO Nº 3/2019

Processo nº 25064.001183/2018-02

Unidade Gestora: 257052

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº03/2019, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA- YANOMAMI E A EMPRESA ICARÁI TURISMO TÁXI AÉREO LTDA.**

A União, por intermédio do **DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA- YANOMAMI – DSEI/YANOMAMI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.544/0033-62, com endereço na Rua Cecília Brasil, 1043, Centro, na Cidade de Boa Vista - RR, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do seu Coordenador do Distrital de Saúde Indígena, Senhor Rousicler de Jesus Oliveira, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1.185.171 SSP/DF, inscrito no CPF 351.430.961-20, nomeado pela Portaria nº 3.058 de 28 de Dezembro de 2016, e do seu Substituto eventual do Coordenador, Senhor Gerson Francisco de Souza Hermogens, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 62867 - SSP/RR, CPF nº 199.602.042-00, e de outro lado a ICARÁI TURISMO TÁXI AÉREO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.370.821/0001-26, estabelecida à Rua Dr. Vital Brasil, 560 - Estação, Araucária - PR, CEP 83.705-174, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Paulo Brittes Martins, brasileiro, [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº [digite aqui o número com a Unidade da Federação] e do CPF nº 409.312.939-87, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela [Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993](#), legislação correlata e pelo Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 24/2018 (Processo nº 25064.001183/2018-02), sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. Prestação de serviços de fretamento de aeronave do tipo asa rotativa (helicóptero) para atender as necessidades do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico 24/2018 e seus anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Item	Descrição do Item (Objeto)	CATSER	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Total
01	Aeronave de asas rotativas (Helicóptero), categoria TPX, homologado para operação sob regras de voo visual, com capacidade mínima para 01 (um) tripulante (piloto) e mais 04 (quatro) passageiros ou capacidade de carga mínima de 300kg, velocidade de cruzeiro de 180 km/h, alcance com tanque standar de 540 km, bolsa de primeiros socorros, sobrevivência na selva, equipamentos de navegação conforme RBAC 135, GPS instalado no painel certificado pela ANAC e/ou modelo portátil de uso específico aeronáutico e autonomia de até 3 horas	14680	820	Hora Voo	R\$ 9.000,00	R\$7380.000,00
					Total	R\$ 7380.000,00

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 03/04/2019 e encerramento em 02/04/2020, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2 A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 2.1.3 O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 2.1.4 A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 1.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.2 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1 O valor total da contratação é de R\$ 7.380.000,00 (Sete milhões trezentos e oitenta mil reais)

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001

Fonte: 6151000000

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa: 339033

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1 O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IPC-A.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 147.600,00 (Quarenta e sete mil e seiscentos reais), correspondente a 2% (dois por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017

### **8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

### **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3 Indenizações e multas.

### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

- 12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Estado de Roraima - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Boa Vista/RR, 03 de Abril de 2019

Pelo DSEI -Y:

**Rousicler de Jesus Oliveira**  
Coordenador do Distrital de Saúde Indígena  
Port. 3.058 de 28/12/2016  
DSEI - YANOMAMI/RR

Pela Contratada:

**Paulo Brittes Martins**  
Representante Legal  
ICARAÍ TURISMO TÁXI AÉREO LTDA



Documento assinado eletronicamente por **Rousicler de Jesus Oliveira, Coordenador(a) Distrital de Saúde Indígena**, em 03/04/2019, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Brittes Martins, Usuário Externo**, em 03/04/2019, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8669474** e o código CRC **31588B00**.



Ministério da Saúde  
Secretaria Especial de Saúde Indígena  
Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami  
Serviço de Recursos Logísticos

## TERMO ADITIVO

Processo nº 25064.001183/2018-02

UNIDADE GESTORA: 257052 - DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA YANOMAMI

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO**  
**CONTRATO Nº 03/2019 QUE CELEBRAM ENTRE SI A**  
**UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO DISTRITO SANITÁRIO**  
**ESPECIAL INDÍGENA YANOMAMI E A EMPRESA ICARAI**  
**TURISMO TAXI AÉREO LTDA, REFERENTE AOS**  
**SERVIÇOS DE FRETAMENTO DE AERONAVE DO TIPO ASA**  
**ROTATIVA (HELICÓPTERO).**

**A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA YANOMAMI**, entidade federal, vinculada ao MINISTÉRIO DA SAÚDE, com sede na rua Cecília Brasil, 1043 – centro, Boa Vista – RR, inscrita no CNPJ. sob o nº **00.394.544/0033-62**, neste ato representado pelo Coordenador Distrital de Saúde Indígena, **Srº Francisco Dias Nascimento Filho**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 011581393-3 SIE-DF e do CPF nº 890.668.987-04, nomeado(a) pela Portaria nº 2.036, e a empresa **ICARAI TURISMO TAXI AÉREO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.370.821/0001-26, estabelecida à Rua Dr. Vital Brasil, 560 - Estação, Araucária - PR, CEP 83.705-174, neste ato representada pelo **Srº Rodrigo Martins de Mello**, portador do CPF nº 881.345.559-39, residente e domiciliado na cidade de Araucária-PR, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por CONTRATO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Contrato Social da empresa, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, que se regerá pela Lei 8.666/93 e alterações, mediante as disposições expressas nas Cláusulas seguintes:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto:

1.1.1. A prorrogação da vigência do contrato nº 03/2019 por um período de **12 (doze) meses**, conforme estabelecido na Cláusula Segunda do Termo Contratual e amparado pelo Art. 57, inciso II da Lei nº 8666/93 e suas alterações.1.1.2. A **supressão de 0,22% (zero virgula vinte e dois por cento)** do valor total do contrato nº 03/2019, amparado pela cláusula décima terceira contratual e pelo § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações.2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**2.1. A vigência prevista no contrato, ora aditado, fica prorrogada para o período de **03/04/2020** e encerramento em **02/04/2021**.3. **CLÁUSULA TERCEIRA – CLÁUSULA RESOLUTIVA**

3.1. Assegurar ao Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami a rescisão do contrato tão logo seja instruído e concretizado o regular procedimento de licitação pelo nível central ou a qualquer momento caso não seja comprovada a permanência de vantajosidade na manutenção do contrato em questão.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA SUPRESSÃO**4.1. O valor unitário de horas voos do contrato nº 03/2019 passa a ser de **R\$ 8.980,00 (oito mil novecentos e oitenta reais)**, representando uma redução de 0,22% (zero virgula vinte e dois por cento) no valor total do contrato nº 03/2019, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição do Item (Objeto)	CATSER	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Total
01	Aeronave de asas rotativas (Helicóptero), categoria TPX, homologado para operação sob regras de voo visual, com capacidade mínima para 01 (um) tripulante (piloto) e mais 04 (quatro) passageiros ou capacidade de carga mínima de 300kg, velocidade de cruzeiro de 180 km/h, alcance com tanque standar de 540 km, bolsa de primeiros socorros, sobrevivência na selva, equipamentos de navegação conforme RBAC 135, GPS instalado no painel certificado pela ANAC e/ou modelo portátil de uso específico aeronáutico e autonomia de até 3 horas.	14680	820	Hora Voo	R\$ 8.980,00	R\$7.363.600,00
					Total	R\$ 7.363.600,00

5. **CLÁUSULA QUINTA – VALOR DO CONTRATO**5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 7.363.600,00 (sete milhões, trezentos e sessenta e três mil e seiscentos reais)**.6. **CLÁUSULA SEXTA – DA RENOVAÇÃO DA GARANTIA**6.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de **R\$ 368.180,00 (trezentos e sessenta e oito mil cento e oitenta reais)**, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o

término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO**

7.1. Todas as demais condições estabelecidas no contrato original, não alteradas por este Termo, continuam inalterados e em pleno vigor para todos os fins de direito.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

8.1. O DSEI-Yanomami providenciará a publicação do presente Termo Aditivo até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Dias Nascimento Filho, Coordenador(a) Distrital de Saúde Indígena**, em 02/04/2020, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MARTINS DE MELLO, Usuário Externo**, em 02/04/2020, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0014257358** e o código CRC **B8B81BA2**.



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2021 - UASG 250052

Nº Processo: 25410.017099/2020. Objeto: Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços para Compra de Sistema NIM no Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva - INCA.. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 01/04/2021 das 09h00 às 16h00. Endereço: Rua Marques de Pombal, 125 8 Andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ ou <https://www.gov.br/compras/edital/250052-5-00058-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 01/04/2021 às 09h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 14/04/2021 às 09h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Informações Gerais: Acessar os sites [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) ou [www.inca.gov.br](http://www.inca.gov.br) para retirar o edital.

PAULO AUGUSTO DIAS DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

(SIASGnet - 30/03/2021) 250052-00001-2021NE000010

INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2021 - UASG 250059

Nº Processo: 33409001228202116 . Objeto: Aquisição de solução para conservação do órgãos, HTK, Manitol, Sódio, Potássio, Cálcio e Magnésio. Solução para perfusão, estéril e apirrogênica. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: A motivação da contratação consubstancia-se em recompor os estoques de medicamentos e produtos para a saúde do INC. Declaração de Inexigibilidade em 31/03/2021. CLAUDIA DE AMORIM PEREIRA PAIVA. Coordenadora de Administração. Ratificação em 31/03/2021. JOAO MANOEL DE ALMEIDA PEDROSO. Diretor Geral. Valor Global: R\$ 672.210,00. CNPJ CONTRATADA : 90.108.283/0001-82 CONTATTICOMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.

(SIDECE - 31/03/2021) 250059-00001-2021NE000028

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 100/2020

O Diretor Geral do INC torna público aos interessados o resultado de julgamento da seguinte licitação: Pregão eletrônico nº100/2020. Processo33409.009961/2019-64. Objeto: aquisição de material médico hospitalar (Sensores uso médio), sendo a empresa vencedora: AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA.

JOÃO MANOEL DE ALMEIDA PEDROSO

Diretor Geral

(SIDECE - 31/03/2021) 250059-00001-2021NE000028

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

EXTRATO DE CONTRATO Nº 51/2021 - UASG 153034 - UFRA

Nº Processo: 25057.022921/2020-51. Pregão Nº 20/2020. Contratante: INST. NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA. Contratado: 18.274.923/0001-05 - MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA. Objeto: Aquisição de material de consumo emergencial para a dsqv.. Fundamento Legal: LEI 8.666/93. Vigência: 31/03/2021 a 26/09/2021. Valor Total: R\$ 6.075,00. Data de Assinatura: 17/03/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 22/03/2021).

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2021 - UASG 250057

Nº Processo: 25057001889202151 . Objeto: Aquisição Emergencial de Medicamento (Atropina e outros). Total de Itens Licitados: 00007. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Calamidade na saúde pública em decorrência da iminência do desabastecimento e da pandemia por Covid-19. Declaração de Dispensa em 26/03/2021. JANAINA MORAES BRAGA. Coordenadora de Administração Geral. Ratificação em 29/03/2021. VITOR ALMEIDA RIBEIRO DE MIRANDA. Diretor. Valor Global: R\$ 142.812,40. CNPJ CONTRATADA : 60.665.981/0009-75 UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A. Valor: R\$ 97.200,00. CNPJ CONTRATADA : 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Valor: R\$ 45.612,40

(SIDECE - 31/03/2021) 250057-00001-2021NE080013

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 9/2021

Tornamos público o resultado do certame supracitado, cujo vencedor foi o seguinte fornecedor:28.889.651/0001-01 - ITALIA EMPREENDIMENTOS LTDA. Itens 2 e 3. Valor Global da Ata:R\$ 19.939,92.

JOEL CELESTINO AMANCIO

Chefe do Selog

(SIDECE - 31/03/2021)

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - PARINTINS

RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2019

O Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena de Parintins nos uso de suas atribuições legais com fulcro no art. 48, VI da Lei 8666/93 HOMOLOGOU o procedimento licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº01/2019 para construçãode sistema de abastecimento de água na Aldeia Marapatá\_Polo Base de Vila Nova I Processo nº 25040000076/2018-27 e ADJUDICOU em favor de J. EPERFURAÇÕES DE POÇOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA CNPJ:06.637.210/0001-71,em 25/06/2020 Valor Global R\$ 433.706,21 (Quatrocentos e Trinta e Três Mil, Setecentos e Seis Reais e Vinte e Um Centavos)

PAULO FONSECA

Presidente da Comissão de Licitação- CPL

(SIDECE - 31/03/2021) 257030-00001-2021NE111111

RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2019

O coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena de Parintins Portaria nº 2069 de 15 de agosto de 2017,com fulcro no art. 43, inciso Vda Lei 8666/93 HOMOLOGOU o procedimento licitatório na modalidade Tomada Preço de nº 02/2019para construção de Sistema de Abastecimento de Água da Aldeia Torrado, Polo Base de Vila Nova I, Barreirinha - AM-Processo nº 25040.000079/2018-61 e ADJUDICOU em favor de J. E. PERFURAÇÕESDE POÇOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA CNPJ sob o nº 06.637.210/0001-71 em 25/03/2021Valor Global deR\$ 381.300,37 (Trezentos e oitenta e um mil trezentos reais e trinta e sete centavos).

PAULO FONSECA

Presidente da Comissão de Licitação-CPL

(SIDECE - 31/03/2021) 257030-00001-2021NE111111

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - PERNAMBUCO

AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO Nº 1/2021

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 25059001922202041. Objeto: Pregão Eletrônico - A aquisição de Materiais Médico Hospitalares (MMH) para atender às necessidades do Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco (DSEI-PE).

ANTONIO DE CARVALHO SA

Agente de Saúde Pública

(SIDECE - 31/03/2021) 257047-00001-2021NE800041

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - YANOMAMI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2021 - UASG 257052 - DSEI/YANOMAMI

Nº Processo: 25064.001607/2020-45. Dispensa Nº 6/2021. Contratante: DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - YANOMAMI. Contratado: 03.945.337/0001-60 - FLYONE SERVICO AEREO ESPECIALIZADO, COMERCIO E SERVICOS. Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada nos serviços de transporte aéreo em helicóptero, para atender à demanda de assistência à saúde dos povos indígenas do DSEI Yanomami, com base no Surucucu, município do Alto Alegre/RR. Fundamento Legal: Inciso IV, art. 24 da Lei nº 8.666/93. Vigência: 29/03/2021 a 25/09/2021. Valor Total: R\$ 3.128.166,60. Data de Assinatura: 29/03/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 31/03/2021).

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 3/2019

Nº Processo: 25064.001183/2018-02. Contratante: DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - YANOMAMI. Contratado: 95.370.821/0001-26 - ICARAI TURISMO TAXI AEREO LTDA - EPP. Objeto: Fica rescindido, a partir da data do seu exaurimento, o contrato nº 03/2019, firmado entre o DSEI - Yanomami e a empresa Icarai Turismo Táxi Aéreo Ltda, a constar do dia 16/12/2020, conforme relatório de voo (0018996378), no bojo do Processo de pagamento nº 25064.000267/2020-35. A presente rescisão se dá por ato unilateral do DSEI - Yanomami, com base no item 11.1 da cláusula décima primeira do contrato c/c o inciso i do art. 79, da lei 8.666/93, tendo em vista a ocorrência de caso fortuito ou força maior, segundo dispõe o inciso xvii do art. 78 do mesmo diploma legal retrocitado. Fica assegurado à contratada o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis à presente rescisão, previstos na alínea "e" do inciso i do art. 109 da lei 8.666/93, a contar da sua publicação no diário oficial da união.. Fundamento Legal: . Data de Rescisão: 01/04/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 31/03/2021).

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2021 - UASG 257003 - IEC

Nº Processo: 25209.007630/2019-18. Dispensa Nº 74/2019. Contratante: INSTITUTO EVANDRO CHAGAS. Contratado: 05.572.870/0001-59 - FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA. Objeto: Contratação da fadesp a fim de realizar a gestão administrativa, financeira e descentralizada dos recursos do TED nº 07/2018 conforme plano de trabalho aprovado pela financiadora entre a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Instituto Evandro Chagas (IEC), a ser executado pela Seção de Meio Ambiente e, sendo a FADESP - Fundação de apoio oficial do Instituto, com portaria publicada. Fundamento Legal: . Vigência: 29/03/2021 a 29/03/2024. Valor Total: R\$ 378.743,08. Data de Assinatura: 15/03/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 31/03/2021).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2021 - UASG 257003 - IEC

Nº Processo: 25209.003895/2020-81. Pregão Nº 37/2020. Contratante: INSTITUTO EVANDRO CHAGAS. Contratado: 33.069.212/0008-50 - MERCK S/A. Objeto: Aquisição de equipamento laboratorial. Fundamento Legal: Art. 57 da lei Federal nº 8.666/93 . Vigência: 11/03/2021 a 11/03/2022. Valor Total: R\$ 14.725,11. Data de Assinatura: 11/03/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 31/03/2021).

RETIFICAÇÃO

Tornamos público à errata da Portaria Nº 18/2021. Processo nº 25209.000572/2021-16. Publicada no Diário Oficial da União - Seção 2, nº 34, pag. 48, de 22/02/2021.

Onde se lê: Portaria nº 18, de 17 de fevereiro de 2020.  
Leia-se: Portaria nº 18, de 17 de fevereiro de 2021.  
Onde se lê: Priscila Silva  
Leia-se: Priscila Silva Sozinho

RETIFICAÇÃO

Tornamos público à errata da Portaria Nº 17/2021. Processo nº 25209.000572/2021-16. Publicada no Diário Oficial da União - Seção 2, nº 34, pag. 48, de 22/02/2021.

Onde se lê: Portaria nº 17, de 17 de fevereiro de 2020.  
Leia-se: Portaria nº 17, de 17 de fevereiro de 2021.  
Onde se lê: Priscila Silva  
Leia-se: Priscila Silva Sozinho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 06082021040100092

92

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Extrato Rescisao320219 (0033087039) SEI 25000.044994/2023-00 / pg. 23

Consultar Documento Hábil - CONDH

Filtros

**Documentos Hábeis encontrados**

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
257052	2018NP000539	95370821000126	10104/2018	Realizado	808.816,75	84.409,92	0,00
257052	2018NP000559	95370821000126	10106	Realizado	118.762,96	12.394,37	0,00
257052	2018NP000593	95370821000126	10110	Cancelado	0,00	0,00	0,00
257052	2018NP000617	95370821000126	10111	Realizado	941.913,17	98.300,16	0,00
257052	2018NP000618	95370821000126	10110	Realizado	137.447,66	14.344,34	0,00
257052	2018NP000663	95370821000126	10116	Cancelado	0,00	0,00	0,00
257052	2018NP000666	95370821000126	10116	Cancelado	0,00	0,00	0,00
257052	2018NP000667	95370821000126	10117	Realizado	437.554,50	45.664,16	0,00
257052	2018NP000691	95370821000126	10116/2018	Realizado	108.995,78	32.428,37	0,00
257052	2018NP000692	95370821000126	10116/2018	Realizado	201.733,18	0,00	0,00



**Consultar Documento Hábil - CONDH****Filtros****Documentos Hábeis encontrados**

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
257052	2018NP000708	95370821000126	10121/2018	Realizaco	423.477,00	44.195,00	0,00
257052	2018NP000709	95370821000126	10122/2018	Realizaco	212.570,35	22.184,32	0,00

**Consultar Documento Hábil - CONDH****Filtros****Documentos Hábeis encontrados**

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
257052	2019NP000016	95370821000126	1	Cancelado	0,00	0,00	0,00
257052	2019NP000017	95370821000126	2	Realizado	66.804,17	6.971,83	0,00
257052	2019NP000020	95370821000126	1	Cancelado	0,00	0,00	0,00
257052	2019NP000052	95370821000126	3/2018	Realizado	171.489,63	17.897,04	0,00
257052	2019NP000090	95370821000126	12/2019	Realizado	453.167,73	47.293,60	0,00
257052	2019NP000129	95370821000126	20	Realizado	257.234,44	26.845,56	0,00
257052	2019NP000278	95370821000126	50	Cancelado	0,00	0,00	0,00
257052	2019NP000323	95370821000126	50	Realizado	638.920,80	66.679,20	0,00
257052	2019NP000324	95370821000126	52	Realizado	310.903,42	32.446,58	0,00
257052	2019NP000369	95370821000126	64	Realizado	558.784,05	58.315,95	0,00

## Consultar Documento Hábil - CONDH

## Filtros

## Documentos Hábeis encontrados

UG Emiterte	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
257052	2019NP000423	95370821000126	68	Cancelado	0,00	0,00	0,00
257052	2019NP000432	95370821000126	68	Realizado	581.738,48	60.711,52	0,00
257052	2019NP000508	95370821000126	72	Realizado	618.818,70	64.581,30	0,00
257052	2019NP000569	95370821000126	79	Realizado	576.033,82	60.116,18	0,00
257052	2019NP000648	95370821000126	82	Realizado	421.464,98	43.985,02	0,00
257052	2019NP000696	95370821000126	85	Realizado	313.212,45	32.687,55	0,00
257052	2019NP000744	95370821000126	99	Realizado	595.320,98	62.129,02	0,00
257052	2019NP000832	95370821000126	107	Realizado	605.236,20	63.163,80	0,00



**Consultar Documento Hábil - CONDH****Filtros****Documentos Hábeis encontrados**

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
257052	2020NP000029	95370821000126	110	Realizado	569.086,62	61.873,88	0,00
257052	2020NP000079	95370821000126	118	Realizado	337.389,30	35.210,70	0,00
257052	2020NP000148	95370821000126	125	Realizado	580.516,05	60.583,95	0,00
257052	2020NP000197	95370821000126	Vários	Realizado	590.479,45	61.623,75	0,00
257052	2020NP000255	95370821000126	132	Realizado	392.203,96	40.931,28	0,00
257052	2020NP000290	95370821000126	133	Realizado	601.180,43	62.740,53	0,00
257052	2020NP000379	95370821000126	140	Realizado	698.621,59	72.909,71	0,00
257052	2020NP000414	95370821000126	141	Realizado	766.789,97	80.023,91	0,00
257052	2020NP000490	95370821000126	143	Realizado	390.035,31	40.704,95	0,00
257052	2020NP000535	95370821000126	144	Realizado	1.742.285,73	181.828,83	0,00

**Consultar Documento Hábil - CONDH****Filtros****Documentos Hábeis encontrados**

UG Emitente	Documento Hábil	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
257052	2020NP000606	95370821000126	Vários	Realizado	1.205.207,34	125.778,13	0,00

**Consultar Documento Hável - CONDH****Filtros****Documentos Hábeis encontrados**

UG Emitente	Documento Hável	Código de Credor/Devedor	Documento de Origem	Estado	Valor Líquido	Deduções	Encargos
257052	2021NP000032	95370321000126	158	Realizado	126.171,88	13.167,58	0,00
257052	2021NP000033	95370321000126	159	Realizado	474.602,00	49.530,52	0,00



Ministério da Saúde  
Secretaria de Saúde Indígena  
Gabinete  
Coordenação de Demandas de Órgãos Externos da Saúde Indígena

DESPACHO

SESAI/COEX/SESAI/GAB/SESAI/MS

Brasília, 19 de abril de 2023.

À Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR),

**Assunto: Contrato com a empresa Icaráí Turismo Táxi Aéreo.**

1. Reporto-me ao Despacho da ASPAR (0032800952), que encaminha o Requerimento de Informação nº 14/2023, de autoria da Senadora da República Eliziane Gama (PSD/MA), por meio do qual requisita a Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre o contrato com a empresa Icaráí Turismo Táxi Aéreo, que forneceu aeronaves para o transporte de profissionais de saúde e de indígenas Yanomami.
2. Ao receber a demanda, os autos foram encaminhados ao Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI/YANOMAMI), para conhecimento e manifestação, pela Coordenação Setorial de Gestão de Riscos e Integridade, conforme Despacho CORISC/SESAI (0032834315).
3. O Distrito se manifesta no Despacho DSEI/YANOMAMI (0032857347), informando que "as respostas relativas aos questionamentos, restarão prejudicadas, em virtude do processo licitatório (25064.001183/2018-02) estar anexado ao processo 25000.044059/2022-54, oriundo da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - Portaria 221, de 31 de março de 2022, impossibilitando o acesso do DSEI aos autos para coleta das informações requisitadas, conforme demonstrado na captura de tela em anexo (0032854848)".
4. Em razão do processo licitatório estar em curso na Corregedoria do Ministério da Saúde, a Coordenação de Demandas de Órgãos Externos da Saúde Indígena (COEX/SESAI), solicitou disponibilização dos autos para que o Distrito Sanitário conseguisse extrair as informações e elaborar a resposta, conforme correspondências encaminhadas pelos IDs (0033033466) e (0033061354).
5. O processo retornou do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami, com os seguintes esclarecimentos (0033083221), (0033087797) e (0033091030):

**a) Em relação ao questionamento 1. "Cópia dos contratos firmados pela Pasta com a Icaráí Turismo Táxi Aéreo e, caso haja, seus respectivos termos aditivos".**



O Distrito encaminha cópia do Contrato nº 03/2019 (0033082794), bem como o Termo Aditivo (0033082814).

**b) Em relação ao questionamento 2. "Informações sobre o descumprimento contratual por parte da Icarai Turismo e sobre os períodos em que a empresa deixou de fornecer aeronaves para acesso à terra indígena Yanomami", o Distrito informa que:**

Através do ofício 74/2020 (0015734584) apresentado pela empresa Icarai Turismo Taxi Aereo LTDA, o Distrito foi informado sobre a paralisação dos Serviços, devido à suspensão do Certificado de Operador Aéreo emitido pela ANAC.

Em contrapartida, o Distrito encaminhou nota informativa junto a CJU-RR/CGU/AGU o Ofício n.º 1543/2020 (SEI 0015753166), solicitando parecer sobre a melhor solução jurídica para este caso, no que tange a hipótese de rescisão contratual e a possibilidade de uma contratação emergencial.

Considerando que **Ofício nº 24/2020**, encaminhado a este DSEI por E-mail em 30.07.2020, conforme consta no documento (0016008014), no qual essa empresa se manifesta à disposição para retomada da execução contratual, haja vista a regularização do Certificado de Operador Aéreo - COA, de acordo com a Portaria SPO/ANAC nº 1.897/2020.

Notificado por meio do Ofício nº **2965/2020/YANOMAMI**(0017961236), o Representante da Contratada solicitou vista processual, bem como dilação de prazo por meio do Ofício nº 96/2020/ICARAÍ(0018004410), apresentando defesa quanto as irregularidades das aeronaves no Ofício nº 98/2020/ICARAÍ (0018154597), alegando em síntese que: a aeronave de prefixo **PT-HSU** não pertence à empresa Contratada e tão somente a de prefixo **PT-HSO**, que possivelmente houve equívoco no preenchimento dos relatórios de voo, ainda, quanto à aeronave de prefixo **PT-HSO**, esta teve seu CVA vencido em 27/09/2020 e seu último voo para o DSEI ocorreu no dia 29/09/2020, porém, trouxe à baila resolução nº 570 de 1º de Julho de 2020 da ANAC prorrogando a validade dos certificados com data de vencimento entre os meses de julho e setembro do corrente ano.

Quanto à suspensão dos serviços, a Contratada foi notificada por meio do Ofício nº 2941/2020/YANOMAMI(0017935463) para se manifestar acerca da possível suspensão dos serviços, alegando falta de pagamento fundamentando-se em cláusula editalícia referente a realização do pagamento em 30 (trinta) dias. Onde informou a manutenção da suspensão dos serviços conforme Ofício nº 95/2020/ICARAÍ(0017961492). Com a devida *venia*, este DSEI, com fundamento no Art. 78, inciso XV, da Lei 8.666/93, expediu notificação via Ofício nº 3010/2020/YANOMAMI(0018083406) para o retorno das atividades sob pena de abertura de procedimento administrativo para apuração do ato.

Em síntese, alega o Representante da Contratada que houve equívoco no preenchimento dos relatórios de voo, pela semelhança dos prefixos das aeronaves de **PT-HSO** e **PT-HSU**, ainda, informa que a aeronave de prefixo **PT-HSU** não pertence à empresa ICARAÍ TURISMO TÁXI AÉREO.

Em consulta a respeito da situação da aeronave de prefixo **PT-HSU**, realizada no portal da ANAC, constatou-se que a aeronave pertence à empresa diversa dessa prestadora dos serviços, em que pese constar como proprietário, o mesmo representante da Contratada ICARAÍ TURISMO. Ademais, como apresentado pela empresa notificada, em 1º de Julho de 2020, ANAC prorrogou por meio de Resolução, a validade dos Certificados vencidos entre julho e setembro, vejamos:

"Art. 1º Prorrogar, em 120 (cento e vinte) dias, a validade das seguintes habilitações, certificados, autorizações, averbações, credenciamentos, treinamentos e exames, nas condições especificadas:

I - habilitações e certificados concedidos sob o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 61 e com data de vencimento entre os meses de julho



e setembro de 2020;

II - habilitações concedidas sob o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA 63 e com data de vencimento entre os meses de julho e setembro de 2020;

III - habilitações concedidas sob o RBAC nº 65 e com data de vencimento entre os meses de julho e setembro de 2020;

IV - averbações do nível de proficiência linguística segundo o RBAC nº 61 e com data de vencimento entre os meses de julho e setembro de 2020;

V - certificados médicos aeronáuticos - CMA concedidos sob o RBAC nº 67 e com data de vencimento entre os meses de julho e setembro de 2020;

VI - autorizações de funcionamento e homologações de curso emitidas sob o RBHA nº 141 que vencerem entre os meses de julho e setembro de 2020;

VII - credenciamento de examinadores vinculados a operadores aéreos, centros de instrução de aviação civil - CIAC e centros de treinamento de aviação civil - CTAC que vencerem entre os meses de julho e setembro de 2020;

VIII - certificados de qualificação de dispositivos de treinamento para simulação de voo - FSTD que vencerem entre os meses de julho e setembro de 2020; e

IX - treinamentos e exames operacionais, previstos nos RBACs nºs 90, 91, 121, 133, 135, 137 e 175, que vencerem entre os meses de julho e setembro de 2020.

Parágrafo único. Não serão prorrogadas as validades das habilitações, certificados, autorizações, averbações, credenciamentos, treinamentos e exames que já tenham sido prorrogados pela Decisão nº 42, de 17 de março de 2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."

Considerando que a Resolução da ANAC prorroga a validade dos Certificados vencidos entre os meses de julho e setembro, nesse período, não se vislumbra de irregularidade em relação às aeronaves de prefixo **PT-HSO** e **PT-HSU** que esteja em dissonância com as cláusulas referente ao Contrato 03/2019 e seus anexos.

No entanto, considerando a Nota Informativa nº 12, datada de 16 de julho de 2020, elaborada pelo fiscal titular do Contrato, onde informa em síntese que após levantamento de informações, apurou-se que em **17 de junho de 2020**, conforme a Portaria nº 1.569/SPO, dessa mesma data, o Certificado de Operador Aéreo da empresa ICARAI TURISMO TÁXI AÉREO encontrava-se suspenso.

Ainda conforme apurado pelo fiscal e pelo Setor de Operações, as atividades de hora voo com o uso de aeronave de asa rotativa (helicóptero) estavam acontecendo normalmente durante o período de **17/06/2020 a 13/07/2020**, não sendo o Distrito comunicado pela empresa acerca da referida suspensão nesse período.

Considerando que a Resolução da ANAC prorrogava a validade dos certificados vencidos tão somente entre os meses de julho e setembro, conclui-se que de 17 de junho de 2020 ao fim deste mesmo mês, a contratada executou atividades de modo irregular e em desacordo com as cláusulas previstas no Contrato e seus anexos.

Considerando que o transporte irregular de passageiros no Brasil é considerada uma prática clandestina e criminosa, não compactuando este Dse com qualquer prática tipificada como conduta criminosa durante a execução dos seus contratos.

**Ante o exposto, a Contratada agiu em desacordo com a obrigações constante do Termo de Referência, notadamente aos itens 4.1.4, 11.51, *ipsis litteris*: (grifo nosso)**

*"4.1.4. As aeronaves que serão utilizadas na prestação dos serviços deverão possuir capacidade legal e técnica segundo leis e normas vigentes que regulamentem o transporte aéreo RBAC 135 e deverá ser comprovada através de Certificado de Matrícula (CM), Certificado de Aeronavegabilidade (C.A), Especificações Operativas (E.O) e as Respectivas autorizações*

complementares.

(...)

*11.51. Apresentar à Licitante o prefixo das aeronaves, cópias do Certificado de Aeronavegabilidade, Certificado de Matrícula, Seguro Obrigatório e a Ficha Anual de Manutenção - FIAM (se aplicável), e demais documentos de porte obrigatório a bordo, no início da operação, durante a vigência do contrato ou sempre que for necessária a substituição de aeronaves;*

No que se refere ao ato de suspensão dos serviços por falta de pagamento, alega a Contratada no Ofício nº 94/2020/ICARAÍ, datado de 03 de dezembro de 2020 que o motivo da suspensão deu-se por falta de pagamento das seguintes faturas:

Nota fiscal nº 155, emitida no dia 23/10/2020 no total de R\$ 751.925,33 com o total de 40 dias de atraso, a contar daquela data;

Nota fiscal nº 157, emitida no dia 26/10/2020 no total de R\$ 579.060,14, com o total de 38 dias de atraso, a contar daquela data;

Nota fiscal nº 159, emitida no dia 17/11/2020 no total de R\$ 524.132,52, com 15 dias de atraso, a contar daquela data;

A Contratada fundamentou a suspensão dos serviços com base na Cláusula de pagamento constante no Edital do Contrato, a qual prevê o que segue:

#### **DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado pela Contratante no **prazo de 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura;

...

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano..." (grifei)

**Verifica-se que no momento da suspensão dos serviços (dia 03/12/2020), a Contratante ainda possuía saldo de horas/voo no Contrato 03/2019 e a Nota Fiscal em maior atraso estaria a 40 dias de vencida no momento da suspensão dos serviços, deste modo constata-se como injustificada a suspensão dos serviços contratados. (grifo nosso)**

**Destarte, verifica-se que a alegação supracitada pela Contratada, não merece prosperar. Isso porque em simples leitura do dispositivo, conclui-se que a Cláusula suscitada não concede à Contratada o direito de suspensão dos serviços, mesmo que esteja a Administração Pública com pagamentos em atraso com a Contratada. (grifo nosso)**

Ademais, consoante o Art. 78, da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações) é claro quanto à suspensão dos serviços pelo contratado, logo, apenas o atraso superior a **90 (noventa) dias** dos pagamentos pela Administração, seria apto a permitir a suspensão do cumprimento do contrato pela contratada, *in verbis*:

"Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

...

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação; (grifei)

#### **Ainda acerca do item 2, o Distrito informa que:**

No entanto, tendo em vista que a exceção de contrato não cumprido, em tal situação, deveria se respeitado o referido período de tempo estipulado em lei,

considerando a necessidade de se garantir a continuidade do serviço público.

Considerando as circunstâncias prejudiciais que ocorreram no período em que este Distrito encontrava-se sem a prestação dos serviços, dadas como exemplo, fechamento de UBSI's, morte de crianças nas comunidades de Kataroa e Waputha por falta de assistência médica, tendo em vista que são locais onde o acesso somente é possível por meio de aeronave de asa rotativa.

Considerando ainda que a Contratada foi notificada para retornar à execução dos serviços na mesma data de 03 de dezembro de 2020, não cumprindo a determinação.

Deste modo, agiu a Contratada em dissonância com o pactuado no Contrato nº 03/2019, ao suspender os serviços pelo período de 03 à 16 de dezembro do mesmo ano, esgotando-se neste último voo, o saldo de horas contratadas.

Considerando ainda a essencialidade deste serviço para a prestação do atendimento de saúde às comunidades em localidades isoladas, onde o acesso só é possível com o uso do objeto contratado, qual seja, helicóptero e a interrupção deste, acarretaria paralisação do serviço de socorro médico e como consequência, causando risco de morte iminente visto ao desamparo aos povos indígenas.

Conforme as informações colacionadas ao processo, o momento da suspensão dos serviços se deu no dia (3/12/2020), e a rescisão do contrato em 1º/4/2021 (0033087039).

**c) Em relação ao questionamento 3. "Especificar o número de óbitos de Yanomamis no período correspondente ao descumprimento contratual por parte da Icarai Turismo". e, 4. "Especificar os impactos para a prestação de atendimentos de saúde no período correspondente ao descumprimento contratual por parte da Icarai Turismo".**

O Distrito informa que "não houve descontinuidade na prestação do serviço, uma vez que o Distrito Yanomami realizou procedimento de Dispensa de Licitação para substituir a empresa Icarai Táxi Aéreo, realizando a contratação da **Piquiatuba Taxi Aéreo Ltda**, conforme Declaração (0015798775), constante do processo administrativo nº 25064.001183/2018-02", Despacho SELOG/YANOMAMI (0033091736).

**d) Em relação ao questionamento 5. "Quais penalidades foram aplicadas a empresa Icarai Turismo Táxi Aéreo, em razão do descumprimento contratual".**

O Distrito informa que, notificou "a empresa ICARAI TURISMO TAXI AÉREO, já qualificada no Contrato nº 03/2019, da aplicação das penalidades de **IMPEDIMENTO DE LICITAR com a União por 2 (dois) anos e MULTA** no montante de **R\$ 217.635,82 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos)**, com fundamentos no Art. 87, da Lei nº 8.666/93 e itens 14.7, 16.1.3, 16.2, 16.2.2.4 e 16.4 do Termo de Referência anexo do Contrato 03/2019". **Informa ainda o teor da Notificação, in verbis:**

Por oportuno, informo que os autos do Processo administrativo nº 25064.001183/2018-02, encontram-se à disposição para vista do interessado, o que não altera o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso.

Comunique-se o fiscal Titular do Contrato para providências posteriores.

Registre-se no SICAF.

Decorrido o prazo previsto no art. 109, da Lei 8.666/93 de 05 (cinco) dias

úteis para a apresentação de recurso em razão da penalidade imposta à contratada ICARAI TURISMO TAXI AEREO Ltda (0019832607)

Fica assegurado à contratada provar que não o realizou por justa causa, nos termos do art. 223 do CPC, *in verbis*:

"Art. 223. Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa."

Comunique-se o Fiscal com atenção ao disposto no item 16.3 do Termo de Referência anexo ao Contrato 03/2019.

Aplica-se as devidas sanções: (0019966324) impedimento de Licitar.

A sanção (**IMPEDIMENTO DE LICITAR** com a União por 2 (dois) anos (0019966324) e **MULTA** (0019966431) no montante de **R\$ 217.635,82** (duzentos e dezessete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos), com fundamentos no Art. 87, da Lei nº 8.666/93 e itens 14.7, 16.1.3, 16.2, 16.2.2.4 e 16.4 do Termo de Referência anexo do Contrato 03/2019) foi aplicada por falhas na execução do Contrato n.º 03/2019, processo SEI n.º 25064.001183/2018-02, tal como a suspensão do Certificado de Operador Aéreo - COA, procedida pela ANAC, ocasionando a perda da condição essencial de habilitação e utilização de aeronave não constante das especificações operativas, contrariando o previsto no instrumento contratual.

Fora encaminhado o OFÍCIO Nº 1062/2021/YANOMAMI/DSEI/SESAI/MS (0019832607 e 0019832722), no dia 31 de março de 2021, notificando a empresa bem como informando o prazo de 05 (cinco) dias para interposição de recurso, conforme artigo n.º 109, I, f, da Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/1993), *verbis*:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

(...)

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

O Distrito esclarece ainda que, "mesmo após a empresa relatar nos "fatos" do recurso ter recebido a notificação de imposição de penalidade no dia 31 de março de 2021, esse somente foi interposto e encaminhado ao Distrito, por e-mail, na data de 23 de agosto de 2021 (0022579663). Por conseguinte, remetidos os autos a esta Secretaria, por meio do Ofício Nº 2524/2021/YANOMAMI/DSEI/SESAI/MS (0022636344), o Núcleo Jurídico da Secretaria Especial de Saúde Indígena (NUJUR/SESAI) encaminhou o Ofício n.º 474/2021/SESAI/NUJUR/SESAI/MS (0022712746 e 0022745993) aos representantes da referida empresa, contendo análise e manifestação do recurso administrativo interposto, concluindo pela **intempestividade recursal**".

#### **e) Em relação ao questionamento 6. "Quando ocorreu a rescisão do contrato com a empresa Icarai Turismo Táxi Aéreo".**

"Quanto a rescisão contratual da empresa Icarai, segue anexo o extrato publicado (0033087039), onde encerra o contrato com ICARAI TURISMO TAXI AEREO LTDA - EPP.", conforme extrato publicado no Diário Oficial da União, abaixo transcrito:

Nº Processo: 25064.001183/2018-02. Contratante: DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - YANOMAMI. Contratado: 95.370.821/0001-26 - ICARAI TURISMO TAXI AEREO LTDA - EPP. Objeto: Fica rescindido, a partir da data do seu exaurimento, o contrato nº 03/2019, firmado entre o DSEI - Yanomami e a empresa Icarai Turismo Táxi Aéreo Ltda, a constar do dia 16/12/2020, conforme relatório de voo (0018996378), no bojo do Processo de pagamento nº 25064.000267/2020-35. A presente rescisão se dá por ato unilateral do DSEI - Yanomami, com base no item 11.1 da cláusula décima primeira do

contrato c/c o inciso i do art. 79, da lei 8.666/93, tendo em vista a ocorrência de caso fortuito ou força maior, segundo dispõe o inciso xvii do art. 78 do mesmo diploma legal retrocitado. Fica assegurado à contratada o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis à presente rescisão, previstos na alínea "e" do inciso i do art. 109 da lei 8.666/93, a contar da sua publicação no diário oficial da união.. Fundamento Legal: . **Data de Rescisão: 01/04/2021. (grifo nosso)**

**f) Em relação ao questionamento 07**, esclareça-se que não fora encontrada nenhuma informação **"acerca de medidas judiciais adotadas pela gestão anterior do Ministério da Saúde quando das denúncias de desvio de finalidade envolvendo a empresa Icarai Turismo Táxi Aéreo e o garimpo ilegal"**, apenas procedimentos administrativos, como Notificação de Imposição de penalidade, objeto do Processo SEI nº 25064.000594/2021-78, encaminhado à época à CORREG/MS, conforme já informado no item 5.

6. Por fim, a Coordenação Setorial de Gestão de Riscos e Integridade (CORISC/SESAI), visando contribuir com a solicitação contida no Requerimento de Informação nº 14/2023, se manifesta **quanto ao item 8, que trata de solicitação de "Informações sobre a empresa atualmente responsável pelo transporte aéreo de profissionais de saúde e de indígenas Yanomamis"**, conforme Despacho CORISC/SESAI (0032891024), a saber:

Em atenção ao requerimento constante no parágrafo 8º que solicita *"Informações sobre a empresa atualmente responsável pelo transporte aéreo de profissionais de saúde e de indígenas Yanomamis"* cabe esclarecer que a empresa VOARE TÁXI AÉREO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.581.615/0001-59, presta serviços no DSEI/YANOMAMI, por meio do Contrato nº 124/2021 (0024589108), firmado em 29/12/2021, com vigência até 28/12/2023, consoante 4º Termo Aditivo SELOG/YANOMAMI (0031549053).

7. Diante do exposto, retornem-se os autos a essa Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR), para conhecimento das informações encaminhadas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (0032857347), (0033083221), (0033087797), (0033091030) e, da Coordenação Setorial de Gestão de Riscos e Integridade (0032891024), para conhecimento e providências subsequentes.

8. Objetivando o melhor esclarecimento das informações apresentadas, encaminhem-se ainda os anexos e demais documentos acostados ao processo: (0033082794), 90033082814), (0033087039), (0032895722) e, (0032895830).

9. **Ressalte-se que deve ser observada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), tendo em vista que consta no processo, por meio de seus anexos, informações pessoais de indígenas, que devem ser preservados.**

10. Sendo o que havia a informar, colocamo-nos à disposição, caso necessário.

**WEIBE TAPEBA**  
Secretário de Saúde Indígena



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Weibe Nascimento Costa, Secretário(a) de Saúde Indígena**, em 20/04/2023, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0033094219** e o código CRC **3B7172C2**.

---

**Referência:** Processo nº 25000.044994/2023-00

SEI nº 0033094219